

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM VIAGEM INTERNACIONAL

Intert For Thrust Conference – Unesco

Período: 20 a 24/02/2023

I - Conselheira Relatora:

Bia Barbosa

II - Tipo de atividade:

- Reunião Periódica
 - Trimestral Semestral Anual Bienal
- Reunião Eventual
- Feira/Congresso
- Curso/Atividade de Formação.

III – Nome da Atividade: Intert For Thrust Conference

IV – Entidade(s) organizadora(s) da atividade: UNESCO

V - Data e local da realização da atividade:

Data Início: 21/02/2023 Cidade: PARIS

Data Final: 24/02/2023 País: FRANÇA

VI – Importância da minha participação nesta atividade:

Foi a primeira vez que a UNESCO organizou uma conferência global sobre o tema da regulação das plataformas digitais. O CGI tem desenvolvido uma série de iniciativas em torno do tema, por meio de um Grupo de Trabalho específico, do qual participo ativamente. Considerando a missão central do Comitê Gestor de produzir diretrizes para o uso e desenvolvimento da Internet no Brasil, participar da primeira conferência global realizada por um órgão do sistema ONU sobre regulação das plataformas digitais foi uma iniciativa que foi totalmente ao encontro dos objetivos do CGI. A regulação das plataformas está em debate no Congresso Nacional e também em diferentes pastas do governo federal, além de ser objeto de uma consulta pública do Comitê Gestor.

Acompanhar de perto e participar do principal evento de alto nível organizado pelas Nações Unidas sobre o tema permitiu aos conselheiros do CGI levar reflexões e contribuições relevantes a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, trazer para o Brasil diretrizes construídas internacional e multissetorialmente, de acordo com os princípios da governança da Internet defendidos pelo CGI. Sem dúvida nossa presença na Conferência contribuiu para manter o protagonismo do Comitê Gestor na esfera internacional de governança da Internet.

Individualmente, considerando minha participação nos debates de mérito e nas formulações sobre o tema que estão em construção pelo Comitê Gestor, a presença na Conferência contribuiu também para um alinhamento mínimo dos debates que temos feito no Brasil com as mais avançadas discussões internacionais sobre o tema. Como a conferência contou com um dia zero com atividades propostas por diferentes organizações e instituições – várias delas parceiras do CGI –, também foi possível fortalecer articulações regionais e internacionais que acompanho, como o grupo de especialistas da América Latina do Fórum Informação e Democracia; o Departamento de Informação e Comunicação da UNESCO, que organizou a Conferência; a Secretaria de Políticas Digitais do governo federal, que lidera os debates e iniciativas do Executivo sobre regulação de plataformas; e organizações da sociedade civil latino-americana que defendem direitos digitais.

VI – Relatórios da minha participação nesta atividade:

No dia zero do evento, acompanhei dois debates em especial: um sobre transparência algorítmica e outro sobre as iniciativas do Fórum Informação e Democracia. O primeiro evento, organizado pela Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP (CEDIS/IDP); pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV; pela Action Coalition on Meaningful Transparency (ACT); pela Global Network Initiative (GNI); pela Coalizão sobre Responsabilidade de Plataformas do IGF; e pelo Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO. O painel apresentou as diretrizes da Unesco para Inteligência Artificial e o framework modelo da Coalizão do IGF sobre responsabilidade das plataformas. A mensagem principal foi defender a transparência significativa em todos os sistemas baseados em algoritmos – não apenas na tomada de decisões, mas ao longo de todo seu processo. Também foi discutida a necessidade de auditorias externas sobre a transparência algorítmica, destacando que para a transparência ser significativa, não basta disponibilizar os dados, é necessário que eles sejam divulgados com contexto e que pessoas de diferentes perspectivas trabalhem nesses processos. Por fim, a mesa defendeu uma estrutura centralizada de enforcement, pra coordenar e cooperar com agências setoriais na garantia dessa transparência.

Mais informações: <https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2023/02/Multilevel%20and%20Meaningful%20Transparency%20in%20Algorithmic%20Systems-%20Developing%20Concrete%20Criteria%20to%20Guide%20Institutional%20and%20Legal%20Reforms%20%20%20%20.pdf>

O Fórum Informação e Democracia – iniciativa global para implementação do Pacto pela Informação e Democracia, subscrito atualmente por 50 países –, promoveu diversos painéis no dia zero da conferência da Unesco. Um deles tratou do funcionamento de um observatório internacional que tem o objetivo de produzir sínteses sobre diferentes pesquisas realizadas em todo o mundo sobre os desafios da informação no novo contexto do ambiente digital como espaço público. Na opinião de Anya Schiffrin, diretora da especialização em Tecnologia, Mídia e Comunicações da Universidade de Columbia, uma das participantes do evento, atualmente há 3 caminhos para a regulação do ambiente digital – sobretudo das redes sociais – sobre a mesa: o dos Estados Unidos (que, segundo ela, significa não fazer nada), o da China, e o Europeu. Ela alertou para o fato de que, em várias partes do mundo, há vozes dizendo que não há como quantificar a desinformação e que não há provas de que ela causa danos, tentando enterrar o debate regulatório. Outro painel discutiu a transição da perspectiva de “imunidade” das plataformas para a da “accountability”. Damian Tambini, professor da LSE, defendeu que as plataformas devem ter regimes especiais para crianças e para mídias de interesse público; e que a gestão e suspensão de contas precisa estar alinhada com padrões de direitos humanos. David Kaye, professor de Direito na Universidade da Califórnia e ex-relator da ONU para a liberdade de expressão, defendeu que a sociedade civil seja melhor incluída nesse debate global, muitas vezes restrito aos Estados e empresas.

Na abertura oficial do evento, a diretora geral da Unesco, Audrey Azoulay destacou a presença dos relatores para a liberdade de expressão das principais agências do mundo. E afirmou: elaborar essas diretrizes é uma tarefa complexa, mas essencial, que está sendo feita pela Unesco a partir da reunião de diferentes atores, apoiando sua cooperação, e bebendo da experiência de reguladores e de conselhos de imprensa em todo o mundo. O objetivo é ajudar os Estados membros a compartilhar melhores práticas e promover uma melhor coordenação internacional sobre o tema. “Vimos como as plataformas mudaram nossa forma de viver o mundo. Devemos refletir e agir agora para que a evolução que a tecnologia nos trouxe não seja em detrimento de direitos humanos. Há um sentido de urgência em regular e manter a liberdade de liberdade”, afirmou, lembrando que haverá 90 eleições em todo o mundo até 2024. O diretor de comunicação da Unesco afirmou que se não nos reunimos enquanto comunidade internacional, há um risco de fragmentação e da governança multissetorial da Internet. O presidente Lula enviou uma mensagem aos participantes da Conferência, que foi lida na abertura do evento.

No primeiro painel da conferência, a jornalista filipina Maria Rezza, prêmio Nobel da Paz, destacou como a violência online é uma violência real, e mostrou seus impactos sobretudo para o silenciamento de mulheres jornalistas. O youtuber brasileiro Felipe Neto criticou o modelo de negócio das plataformas, baseado nas recomendações para manter a atenção dos usuários, lucrando com isso, e chamou as bigtech para a mesa, para ajudar a buscar soluções para este problema.

Outro painel que pude acompanhar discutiu como proteger a liberdade de expressão e os direitos dos usuários nos processos de regulação, garantindo sua conciliação. O secretário geral da Repórteres Sem Fronteiras defendeu que não se trabalhe na lógica da contradição. Que o que deve ser restringido são os conteúdos ilícitos e que a regulação deve favorecer a informação pluralista e de confiança em detrimento de conteúdo ilegais. E criticou a insuficiência da autorregulação dessas grandes empresas. Pansy Tlakula, diretor do órgão regulador de informação da África do Sul, defendeu que a regulação seja feita por órgãos independentes (não pelos governos) e que a regulação internacional seja combinada com regulação regional e local. O painel discutiu ainda a dificuldade da harmonização internacional da regulação, em que muitos não são responsabilizados por problemas de jurisdição; e sobre como países pequenos tem maiores dificuldades de participar dessas negociações (“o número de usuários importa”). Em países como o Congo, empresas como a Meta sequer tem um representante para sentar à mesa e discutir.

No painel que reuniu os relatores para a liberdade de expressão, a relatora da ONU Irene Khan levantou a pergunta: as plataformas devem tratar conteúdo ilegal da mesma forma que conteúdo lícito mas danoso? Para Khan, a moderação de conteúdo tem contribuído para uma internet livre e aberta e segura, e a liberdade de expressão só pode ser restringida em pontos muito específicos (discurso de ódio, incitação à violência...). “Então temos que ter muito cuidado com os termos e evitar que governos regulem conteúdos, porque isso leva à censura. Já vi regulação de conteúdos que “sejam ofensivos à imagem de oficiais”, que “causem desconforto à religiões”, etc. Esse tipo de regulação não está protegido pelo padrões internacionais de direitos humanos”, afirmou. Ela disse que o ponto de partida deveria ser as empresas se comprometeram com os direitos humanos e não só com suas políticas internas. Hoje, só a Meta tem uma política de direitos humanos.

O relator da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Pedro Vaca, acredita que o documento de diretrizes da Unesco vai ser uma das referências mais importantes para a discussão de moderação de conteúdo no mundo. Mas lembro que, no continente americano, os países não tem as mesmas capacidades institucionais para adotar o mesmo entendimento da Unesco em relação a isso. Ele acredita que definições abertas como “restrição de conteúdos que podem causar dano à democracia e aos direitos humanos” podem reduzir a linha de liberdade de expressão para atores privados o que o Estado não definiu como ilegais. “Num país que prende as pessoas por traição à nação com base num tuíte, o que uma regulação que fale sobre “atentado à democracia” pode representar? Então precisamos de mais conversa para definir esses caminhos”, afirmou. “Não podemos fingir ter uma conversa pacífica se nossos líderes políticos estão constantemente propagando desinformação e discurso de ódio”, disse.

Por fim, também participei de uma reunião organizada pelo governo brasileiro com a delegação do país presente à Conferência (todos os setores); de uma reunião da sociedade civil brasileira; e da recepção oferecida pela Embaixada do Brasil na França.